

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	23
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	26
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	68.354.927
Preferenciais	0
Total	68.354.927
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	276.124	39.738
1.01	Ativo Circulante	202.894	3.516
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5	3
1.01.02	Aplicações Financeiras	202.746	3.441
1.01.06	Tributos a Recuperar	56	9
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	56	9
1.01.06.01.01	Imposto e Contribuições a Recuperar	12	0
1.01.06.01.02	Imposto e Contribuições sobre o Lucro a Recuperar	44	9
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	87	63
1.01.08.03	Outros	87	63
1.02	Ativo Não Circulante	73.230	36.222
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	72.551	35.531
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	5.407	10.596
1.02.01.07.01	Adiantamentos a fornecedores	5.407	10.596
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	67.144	24.935
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro da Concessão	66.883	24.688
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	30	0
1.02.01.09.07	Outros ativos	231	247
1.02.04	Intangível	679	691

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	276.124	39.738
2.01	Passivo Circulante	14.238	2.194
2.01.02	Fornecedores	12.280	1.368
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.801	779
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.801	779
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	19
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições a Recolher	1.801	760
2.01.05	Outras Obrigações	157	47
2.01.05.02	Outros	157	47
2.01.05.02.10	Outras passivos	157	47
2.02	Passivo Não Circulante	191.507	2.385
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	185.062	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	185.062	0
2.02.03	Tributos Diferidos	6.445	2.385
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.445	2.385
2.02.03.01.01	Imposto de renda e contribuições social diferidos	509	148
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	5.936	2.237
2.03	Patrimônio Líquido	70.379	35.159
2.03.01	Capital Social Realizado	68.355	34.926
2.03.04	Reservas de Lucros	233	233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.791	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	38.496	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-36.302	0
3.03	Resultado Bruto	2.194	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.194	0
3.06	Resultado Financeiro	-14	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-14	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.180	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-389	0
3.08.01	Corrente	-28	0
3.08.02	Diferido	-361	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.791	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.791	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02620	0,00000
3.99.01.02	PN	0,02620	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,02620	0,00000
3.99.02.02	PN	0,02620	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	1.791	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.791	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-18.055	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.685	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.791	0
6.01.01.02	Amortização	14	0
6.01.01.05	Atualização do Ativo Financeiro	-2.208	0
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	361	0
6.01.01.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	28	0
6.01.01.12	PIS e COFINS diferidos	3.699	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-21.850	0
6.01.02.03	Imposto e Contribuições a Recuperar	-12	0
6.01.02.07	Ativo Financeiro de Concessão	-38.858	0
6.01.02.08	Outros Créditos a Receber	-10	0
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-30	0
6.01.02.10	Fornecedores	16.101	0
6.01.02.11	Impostos a Recolher	1.041	0
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a Recolher	-31	0
6.01.02.20	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-51	0
6.01.03	Outros	110	0
6.01.03.01	Outras Contas a Pagar	110	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-199.305	0
6.02.03	Valor adicionado em aplicações financeiras comprometidas com atividades de investimento	-199.305	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	217.362	0
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	183.933	0
6.03.02	Valor recebido na integralização de capital	33.429	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	34.926	0	233	0	0	35.159
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	34.926	0	233	0	0	35.159
5.04	Transações de Capital com os Sócios	33.429	0	0	0	0	33.429
5.04.01	Aumentos de Capital	33.429	0	0	0	0	33.429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.791	0	1.791
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.791	0	1.791
5.07	Saldos Finais	68.355	0	233	1.791	0	70.379

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9	0	0	0	0	9
5.04.01	Aumentos de Capital	9	0	0	0	0	9
5.07	Saldos Finais	10	0	0	0	0	10

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	42.195	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	42.195	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.288	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-36.288	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.907	0
7.04	Retenções	-14	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.893	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-14	0
7.06.03	Outros	-14	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.879	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.879	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.088	0
7.08.02.01	Federais	4.088	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.791	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.791	0

Comentário do Desempenho



A **EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A.** foi constituída em 17 de novembro de 2016 e está em fase pré-operacional, de forma que não há quaisquer comentários a fazer sobre o seu desempenho.

Brasília, 30 de maio de 2018.

Notas Explicativas

*Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018*

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, constituída em 17 de novembro de 2016, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão Vila do Conde – Marituba, em 500 kV, com extensão aproximada de 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão Marituba – Castanhal, em 500 kV, com extensão aproximada de 68,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R)x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA.

2 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2017-ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União e a Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 9 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período.

Com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 89.784, a RAP da concessionária é reajustada, anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O compromisso assumido no Contrato de Concessão mencionado acima é de entrar em operação comercial até 9 de fevereiro de 2022. A estimativa de investimento para a implantação de 124 KM de Linhas de Transmissão é de R\$ 285.741 e para a Subestação é de R\$ 176.259, totalizando R\$ 462.000.

A Companhia dependerá de aportes de capital de seu acionista até o momento em que ela passe a gerar recursos em suas operações.

2.1 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI

A Companhia obteve habilitação ao REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007), que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 57, de 01 de agosto de 2017.

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as

Notas Explicativas

*Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018*

normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 30 de maio de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão, o qual é mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início da concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. O saldo do ativo financeiro da concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. Adicionalmente, são consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.
- **Nota explicativa 7 e 15** - critério de apuração e atualização da receita de construção. A Companhia, durante a fase de construção, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018

a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 17 - Contratos de Construção;

- **Nota explicativa 13** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa 17** - definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

3.4 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecidos nos balanços patrimoniais: Aplicações financeiras de curto prazo, os quais são mensurados pelo valor justo.

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na Nota 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado a seguir na Nota 4.1. Portanto, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitidas em 26 de março de 2018, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

4.1 CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros:

	CPC 38 IAS 39	CPC 48 IFRS 9	Saldo em 1/1/2018
Ativos conforme o balanço patrimonial			
Aplicação financeira	VJR	VJR	3.441
Ativo financeiro da concessão	Empréstimos e recebíveis	(a)	24.688

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018

- (a) Em 31 de março de 2018, a Companhia possui registrado no ativo não circulante saldo na rubrica de ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 66.883 (R\$ 24.688 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia aguarda consulta técnica contábil, efetuada por órgãos de classe, junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM em relação à classificação desse ativo financeiro em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros. A Companhia interpretou inicialmente tais ativos como mensuráveis ao custo amortizado de acordo com o CPC 48 (IFRS 9). Entretanto, dependendo da conclusão técnica contábil final em relação a esse assunto, a avaliação inicial da Companhia em relação a classificação desse ativo financeiro como custo amortizado poderá sofrer alteração, desde 1º de janeiro de 2018. A Companhia não dispõe, no momento, de uma mensuração detalhada dos impactos que poderiam afetar suas informações trimestrais para o trimestre findo em 31 de março de 2018, caso sua interpretação inicial de mensuração desse ativo pelo custo amortizado não seja entendida como apropriada ao final desse processo de consulta e, por conseguinte, tenha que efetuar a mensuração ao valor justo por meio do resultado desde 1º de janeiro de 2018.

5 Aplicação financeira

Em 31 de março de 2018, o saldo de R\$ 202.746 (R\$ 3.441 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a aplicações financeiras identificadas pela administração como não destinadas ao atendimento de atividades operacionais, mas comprometidas com a operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

Em 31 de março de 2018, a variação no saldo de aplicações financeiras é decorrente do investimento temporário da captação de empréstimo e financiamento apresentada na Nota 10.

6 Outros ativos

Em 31 de março de 2018, o saldo de R\$ 87 (R\$ 63 em 31 dezembro de 2017) apresentado no ativo circulante e R\$ 231 (R\$ 247 em 31 de dezembro de 2017) apresentado no ativo não circulante referem-se a prêmio de seguro da Companhia, cuja especificação por modalidade de risco e data de vigência, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia, está demonstrada a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Seguro garantia de fiel cumprimento/construção	06/11/2022	42.699

7 Ativo financeiro de concessão

	31/12/2017	Receita de construção (Nota 15)	Atualização do ativo financeiro (Nota 15)	Ativo financeiro em 31/03/2018
Ativo financeiro	<u>24.688</u>	<u>39.987</u>	<u>2.208</u>	<u>66.883</u>
	<u>24.688</u>	<u>39.987</u>	<u>2.208</u>	<u>66.883</u>

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018

O saldo representa a infraestrutura em construção da concessão e corresponde ao direito estabelecido no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União e a Companhia, de receber caixa por meio de dois fluxos (a) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal garantido da remuneração anual permitida (RAP), durante o prazo de concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Para a Companhia, a remuneração deste ativo leva em consideração: (a) a aplicação do índice de inflação do contrato para calcular corretamente a inflação já incorrida do valor total do contrato; (b) a apuração da remuneração incorrida da parcela do ativo financeiro da construção; e (c) o critério para apuração da taxa efetiva de juros.

8 Fornecedores e adiantamento a fornecedores

Em 31 de março de 2018, o saldo de R\$ 5.407 (R\$ 10.596 em 31 de dezembro de 2017) de adiantamentos a fornecedores, bem como o saldo de R\$ 12.280 (R\$ 1.368 em 31 de dezembro de 2017) de fornecedores, registrados no balanço patrimonial, referem-se à aquisição de bens e materiais para construção de instalações de transmissão, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo de concessão.

9 Impostos a recolher

	31/03/2018	31/12/2017
INSS sobre serviços	65	96
ISS	1.709	645
Outros	27	19
	<u>1.801</u>	<u>760</u>

10 Empréstimos e financiamentos

Em 28 de fevereiro de 2018, encerrou-se a distribuição pública da 1ª emissão de nota promissória. Os recursos captados, no montante de R\$ 185.000, em uma série, destinam-se à gestão ordinária da Companhia, com o objetivo de cobrir a necessidade de capital de giro. Nota promissória contratada com taxa 114,60% CDI, com vencimento em 28 de agosto de 2019 e com aval da Equatorial Energia S.A. Em 31 de março de 2018, o saldo remanescente é de R\$ 186.129 e a taxa efetiva dessa operação é de 9,61% a.a. (Não revisado).

A nota promissória contratada pela Companhia possui cláusula restritiva vinculadas à manutenção de determinado índice financeiro, conforme abaixo, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

- Cálculo da divisão da dívida líquida pelo EBITDA, relativas aos 12 meses anteriores, utilizando-se as demonstrações financeiras e/ou informações financeiras consolidadas divulgadas pela avalista, Equatorial Energia S.A.

Em 31 de março de 2018, a administração da Companhia avaliou que foi atendido o índice financeiro mencionado acima.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	<u>Moeda nacional</u>		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-
Ingressos	-	185.000	185.000
Juros capitalizados durante a fase de construção	-	1.129	1.129
Custos de transação (a)	-	(1.067)	(1.067)
	<u>-</u>	<u>185.062</u>	<u>185.062</u>
Saldos em 31 de março 2018	-	185.062	185.062
(a) Decorre dos custos incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da nota promissória mencionada anteriormente.			

11 Imposto de renda e contribuições social diferidos**11.1 Impostos diferidos**

	31/03/2018	31/12/2017
PIS e COFINS sobre a receita de construção (i)	5.936	2.237
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - Diferido (ii)	<u>509</u>	<u>148</u>
	<u>5.749</u>	<u>2.385</u>

- (i) O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.
- (ii) A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, principalmente, decorrente da atualização do ativo financeiro.

11.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/03/2018
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	2.180
Alíquota fiscal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(741)
Adições e exclusões:	
Outras adições	(361)
Outras exclusões	<u>713</u>
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>(389)</u>
Corrente	(28)
Diferido	<u>(361)</u>
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>(389)</u>

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018

12 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui a Diretoria Executiva da Companhia. A remuneração total foi fixada em até R\$ 150.000, conforme Assembleia Geral de Constituição.

13 Provisão para ações judiciais

Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, não há processos judiciais em nome da Companhia.

14 Patrimônio líquido**14.1 Capital social**

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do despacho nº 3.592, de 26 de outubro de 2017, anuiu a transferência de controle acionário direto da Companhia que, aprovou a conferência da totalidade das ações da Companhia para Equatorial Transmissão S.A. Dessa forma, em 1 de fevereiro de 2018, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Equatorial Transmissão S.A. (Em 31 de dezembro de 2017, controlada integralmente pela Equatorial Energia S.A.).

Em 31 de março de 2018, o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 98.021, e totalmente integralizado é de R\$ 68.355 (Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 98.021, e totalmente integralizado é de R\$ 34.926).

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em 31 de março de 2018 é de R\$ 98.021, representado por 98.021.217 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Em 25 de janeiro de 2018, foi integralizado o valor de R\$ 31.929 através de depósito em conta corrente da Companhia e, em 28 de fevereiro de 2018, o montante de R\$ 1.500, totalizando R\$ 33.429 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (Em 31 de março de 2017, o valor de R\$ 9 foi integralizado através de depósito em conta corrente da Companhia).

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 197.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

15 Receita líquida

	31/03/2018
Receita de construção (Nota 7)	39.987
Atualização do ativo financeiro (Nota 7)	<u>2.208</u>
Receita operacional	42.195
PIS/COFINS	<u>(3.699)</u>
Receita líquida	<u><u>38.496</u></u>

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018

16 Custos por natureza

	31/03/2018
Serviços de terceiros (a)	(36.288)
Amortização do ativo intangível	<u>(14)</u>
Total dos custos por natureza	<u><u>(36.302)</u></u>

(a) Referem-se aos custos de construção do contrato de concessão.

17 Instrumentos financeiros**17.1 Considerações gerais**

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia, efetua análise dos seus instrumentos financeiros.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

17.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e em 1º de janeiro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

	<u>31/03/2018</u>		<u>01/01/2018</u>	
Ativos conforme o balanço patrimonial	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	3	3
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicação financeira	<u>202.746</u>	<u>202.746</u>	<u>3.441</u>	<u>3.441</u>
	<u>202.751</u>	<u>202.751</u>	<u>3.444</u>	<u>3.444</u>
	<u>31/03/2018</u>		<u>01/01/2018</u>	
Passivos conforme o balanço patrimonial	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	185.062	187.588	-	-
Fornecedores	<u>12.280</u>	<u>12.280</u>	<u>1.368</u>	<u>1.368</u>
	<u>197.342</u>	<u>199.868</u>	<u>1.368</u>	<u>1.368</u>

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018

Vide informação apresentada na Nota 4.1 referente ao saldo de ativo financeiro da concessão.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, aplicações financeiras e fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os saldos de empréstimos e financiamentos, apresentados acima, estão definidos no Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os saldos de aplicações financeiras, apresentados acima, estão definidos no Nível 1 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

17.3 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

(i) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Conforme apresentado na Nota 10, a Companhia, em 28 de fevereiro de 2018, emitiu nota promissória no montante de R\$ 185.000, com taxa 114,60% CDI, cujo vencimento contratual desse passivo financeiro é 28 de agosto de 2019.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018

(ii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia poderá justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta ao critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(iii) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de março de 2018 (Cenário provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
		Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI 202.746	215.576	218.592	221.609	212.559	29.543
Impacto no resultado		12.829	15.846	18.862	9.813	6.796
Passivos financeiros						
Empréstimo e financiamentos	CDI (186.129)	(197.907)	(200.676)	(203.446)	(195.138)	(192.369)
Impacto no resultado		(11.778)	(14.547)	(17.316)	(9.009)	(6.239)
Efeito líquido no resultado		1.051	1.299	1.546	804	557
Referência para ativos e passivos financeiros						
		Taxa em 31/03/2018	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		8,39	7,91	9,49	4,75	3,16
SELIC (% 12 meses)		8,42	7,93	9,52	4,76	3,17
TJLP (% 12 meses)		6,94	8,25	9,90	4,95	3,30
IGP-M (% 12 meses)		0,20	5,31	6,37	3,19	2,12
IPCA (% 12 meses)		2,68	5,14	6,17	3,09	2,06

17.4 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A

Notas Explicativas

*Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018*

Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA
- Dívida Líquida/ (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

18 Eventos subsequentes

Debêntures

Datado de 2 de maio de 2018, a Companhia assinou instrumento particular de 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, tendo a Equatorial Energia S.A. como fiadora, no valor de R\$ 185.000, com o prazo de 18 meses e remuneração de 114,6% do CDI, cuja destinação dos recursos é para implantação dos projetos de transmissão mencionados na Nota 1.

Registro CVM

Em 24 de abril de 2018, a Companhia efetuou o pedido de registro inicial na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O referido pedido encontra-se em andamento até o data de emissão dessas informações trimestrais.

Notas Explicativas

*Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2018*

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Humberto Luís Queiroz Nogueira
Sérvio Túlio dos Santos
Humberto Soares Filho
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Augusto Dantas Borges

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relação com os Investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Joseph Zwecker Junior
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Administradores e Acionistas da

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Brasília - Distrito Federal

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Adoção dos novos normativos contábeis aplicáveis no Brasil

Conforme descrito na nota explicativa 4, a Companhia está em processo de consulta técnica contábil, efetuada por órgãos de classe, junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM em relação à classificação dos ativos financeiros de transmissão no montante de R\$ 66.883 mil em 31 de março de 2018 (R\$ 24.688 mil em 31 de dezembro de 2017), no ativo não circulante, para as quais a sua avaliação inicial resultou na mensuração ao custo amortizado, em função da adoção do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros. Caso o desfecho da referida consulta venha estabelecer um procedimento contábil diferente da interpretação inicial da Companhia, certos ajustes em relação às informações contábeis intermediárias e respectivos valores correspondentes poderão ser requeridos. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Contrato de concessão

Chamamos a atenção para nota explicativa 2 às informações contábeis intermediárias que descreve que em 10 de fevereiro de 2017 a União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 9 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 462.000 mil e inicie as operações até 9 de fevereiro de 2022. A Companhia dependerá de aportes de capital de seu acionista até o momento em que ela passe a gerar recursos em suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 30 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes João Alberto da Silva Neto

CRC 2SP014428/O-6 "S" CE Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A., nos termos do: (i) inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução ICVM 480, que revimos, discutimos e concordamos com as Informações Trimestrais - ITR, referentes ao período findo em 31 de março de 2018.

Brasília, 30 de maio de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A., nos termos do: (i) inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009 ("ICVM 480"), conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR emitido em 30 de maio de 2018 pela KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, referente às Informações Trimestrais - ITR do período findo em 31 de março de 2018.

Brasília, 30 de maio de 2018.